



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

Jean da Costa Moreira

**DA REVOLTA MATERIAL À REVOLTA VIRTUAL: COMO O CAPITALISMO
CONVERTE A INDIGNAÇÃO EM INÉRCIA**

Brasília 2025



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

Jean da Costa Moreira

Da Revolta Material à Revolta Virtual: Como o Capitalismo Converte a Indignação em Inércia

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Orientador: Philippe Claude Thierry Lacour

Brasília 2025

CIP - Catalogação na Publicação

DM838r Da Costa Moreira, Jean.
Da Revolta Material à Revolta Virtual: Como o Capitalismo
Converte a Indignação em Inércia / Jean Da Costa Moreira;
Orientador: Philippe Lacour. -- Brasília, 2025.
33 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Filosofia) --
aqui Universidade de Brasília, 2025.

1. Indignação Social. 2. Capitalismo. 3. Ação Coletiva.
4. Alienação. 5. Resistência Virtual. I. Lacour, Philippe,
orient. II. Título.

“A Temos que começar mirando na cabeça; temos militado contra a .nergia nuclear, contra a falta de moradia, contra o machismo – tentáculos diferentes de um mesmo monstro. Mas nunca vamos conseguir nada de verdade dessa maneira, precisamos mirar na cabeça.” (Manifesto de 1998 da Ação Global dos Povos)

RESUMO

Este estudo investiga a transformação da indignação social, que historicamente se manifestava por meio de ações concretas contra a opressão material, em uma inércia virtual caracterizada por manifestações performativas nas plataformas digitais. A pesquisa qualitativa, de natureza interpretativa, fundamenta-se na análise crítica dos discursos e práticas culturais presentes no ambiente digital, bem como na literatura teórica sobre o capitalismo tardio. Foram utilizados procedimentos como revisão bibliográfica de autores renomados, análise de discursos em redes sociais e estudo de casos emblemáticos de revoltas virtuais. Os resultados indicam que os mecanismos tecnológicos do capitalismo digital—incluindo redes sociais, algoritmos e big data—organizam e direcionam os fluxos de informação de maneira a restringir a emergência de ações coletivas eficazes. Além disso, observa-se a figura do "consumidor-engrenagem", cuja participação nas plataformas digitais perpetua a alienação e reforça o status quo. Conclui-se que, para superar essa passividade imposta pelas dinâmicas do capitalismo digital, é essencial repensar os espaços de resistência no contexto virtual e construir alternativas que promovam a apropriação coletiva dos meios de produção digitais, transformando a revolta virtual em ação política concreta e resgatando a dimensão material da luta.

PALAVRAS-CHAVE: Indignação social; Capitalismo; Ação coletiva; Alienação; Resistência Virtual.

ABSTRACT

This study examines the transformation of social indignation, which historically manifested through concrete actions against material oppression, into virtual inertia characterized by performative expressions on digital platforms. The qualitative, interpretative research is grounded in a critical analysis of discourses and cultural practices within the digital environment, as well as theoretical literature on late capitalism. Methodologies employed include a bibliographic review of renowned authors, discourse analysis on social networks, and case studies of emblematic virtual revolts. Findings indicate that technological mechanisms of digital capitalism—including social networks, algorithms, and big data—organize and direct information flows in ways that restrict the emergence of effective collective actions. Additionally, the concept of the "consumer-cog" is observed, wherein individuals' participation on digital platforms perpetuates alienation and reinforces the status quo. The study concludes that overcoming the passivity imposed by the dynamics of digital capitalism necessitates rethinking spaces of resistance in the virtual context and constructing alternatives that promote collective appropriation of digital means of production, thereby transforming virtual revolt into concrete political action and reclaiming the material dimension of struggle.

KEYWORDS: Social indignation; Digital capitalism; Collective action; Alienation; Virtual resistance.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	8
INTRODUÇÃO.....	9
1. A TEORIA COMO ALICERCE DA PRÁXIS	12
1.1 O Capitalismo tardio e o controle do tempo e do consumo	12
1.2 Alienação, trabalho morto e o papel do consumidor	13
1.3 A transição da revolta material para a revolta virtual	16
1.4 O complexo digital e o controle epistemológico-cultural.....	20
2. PRÁXIS, PROBLEMATIZAÇÃO E PROPOSTA.....	24
2.1 A estagnação	24
2.2 Possibilidades de superação: A tomada do meios digitais de produção	28
3. CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS	33

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e irmãos, que caminharam descalços para que eu pudesse pisar em solo firme. Agradeço aos meus Orixás e guias, que, silenciosamente, me deram chão para caminhar. Sou grato a todos os meus professores ao longo da minha jornada, que me ensinaram a andar pelos caminhos que escolhi. E agradeço ao amor da minha vida, meu sol, onde me aqueço, que me iluminou nas diversas vezes em que pensei em desistir.

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade é marcada por um capitalismo que se reinventa através da ampliação e intensificação dos mecanismos de controle, onde o domínio sobre o tempo e o consumo torna-se central para a reprodução das relações de poder. Essa dinâmica tem causado uma transição paradigmática nas lutas sociais, passando de uma revolta fundamentada na experiência material e na ação coletiva para manifestações mediadas pelo ambiente virtual. Tal transformação reflete não apenas uma mudança nas estratégias de dominação, mas também na forma como o sujeito político se configura e se posiciona na sociedade contemporânea.

No contexto do capitalismo tardio, o controle dos ritmos de vida – especialmente o sono – emerge como instrumento crucial para a manutenção da ordem econômica e social. Jonathan Crary, em *Terra Arrasada*, argumenta que o capitalismo utiliza o controle do sono como meio de maximizar a produção e, simultaneamente, fomentar um ciclo incessante de consumo. Essa perspectiva amplia o entendimento tradicional do capitalismo, que historicamente se concentrava na exploração direta do trabalho, ao evidenciar que a manipulação dos ritmos biológicos e culturais pode conduzir à formação de sujeitos permanentemente insatisfeitos e, conseqüentemente, alienados (CRARY, 2014).

Também é notório um movimento que representa a desintegração dos vínculos sociais e a substituição do engajamento coletivo por uma crítica desprovida de práxis, o que se manifesta na predominância de manifestações digitais. Assim, o ambiente virtual não apenas reflete, mas potencializa, a transformação do sujeito – de trabalhador-produtor para consumidor alienado –, despojando a indignação de seu potencial revolucionário.

A relevância do tema reside na necessidade de compreender como tais dinâmicas de controle, que se articulam tanto no domínio do tempo (por meio do sono) quanto no do consumo (material e virtual), promovem uma inércia política e social. Ao desvirtuar a revolta material que historicamente impulsionou transformações, o capitalismo tardio reconfigura as formas de resistência, convertendo a indignação em uma reação estética ou discursiva que não se traduz em ação transformadora. Essa problemática é central para a reflexão sobre os desafios contemporâneos de participação e engajamento político, uma vez que a migração para o virtual tende a fragmentar a mobilização coletiva e a fortalecer estruturas de dominação que operam em nível epistemológico e cultural.

A questão central que orienta este estudo pode ser formulada da seguinte maneira: De que forma o sistema contemporâneo converte a indignação – historicamente geradora de ação revolucionária – em mera crítica e inércia no âmbito virtual? A problemática se desdobra em diversos paradoxos que caracterizam o cenário atual. Em primeiro lugar, observa-se a transformação do trabalhador-produtor, que, imerso nas lógicas sistêmicas tradicionais, é progressivamente configurado como um consumidor alienado, submetido a um sistema que privilegia o consumo contínuo. Em segundo lugar, a substituição das práticas revolucionárias – que se fundamentavam na experiência concreta da opressão – por manifestações digitais evidencia a incapacidade do sujeito contemporâneo de articular lutas coletivas efetivas. Por fim, o aprofundamento do niilismo social, em que a crítica e o desencajamento se sobrepõem à ação transformadora, reforça a emergência de um individualismo exacerbado que impede a consolidação de uma resistência política consistente.

O estudo tem como objetivo geral a investigação dos mecanismos pelos quais o capitalismo digital reconfigura a praxis revolucionária, transformando a indignação material em uma revolta virtual desprovida de impacto prático. Para atingir este propósito, iremos analisar os argumentos de Crary sobre o controle do sono e sua extrapolação para o controle do consumo e da esfera cultural; discutir a ideia de "trabalho morto" e a apropriação dos meios de produção digital, relacionando-a com o enfraquecimento das lutas coletivas; e por fim confrontar, à luz de autores clássicos e contemporâneos, a migração da revolta material para a virtual e as consequências epistemológicas desse deslocamento.

Além do mais, a presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, fundamentada na análise crítica dos discursos presentes em obras acadêmicas e na investigação de estudos de caso do ambiente digital. Entre os procedimentos metodológicos empregados, primeiramente destaca-se a revisão bibliográfica sistemática, Seleção e análise de obras primárias e secundárias de autores como Jonathan Crary, Karl Marx, Theodor Adorno, Max Horkheimer, Manuel Castells e Michel Foucault, além de artigos acadêmicos recentes que tratem do capitalismo digital e das suas implicações para a ação política. Segundo, uma análise de discurso, investigando os discursos presentes em manifestações online e publicações críticas, com o objetivo de identificar como as narrativas digitais convertem a indignação em inércia e fragmentam a ação coletiva. E por último um estudo comparativo, analisando o confronto entre a práxis revolucionária material – que historicamente impulsionou transformações sociais – e a revolta virtual, visando compreender as mudanças epistemológicas e práticas promovidas pelo

capitalismo tardío.

1. A TEORIA COMO ALICERCE DA PRÁXIS

1.1 O Capitalismo tardio e o controle do tempo e do consumo

Jonathan Crary apresenta uma análise crítica do capitalismo tardio por meio da investigação de como as estruturas econômicas contemporâneas moldam a experiência temporal dos indivíduos. Em suas obras, notadamente em 24/7 – Capitalismo Tardio e os Fins do Sono e em Terra Arrasada, Crary argumenta que o capitalismo moderno inaugura uma era na qual o tempo, especialmente o sono, é mercantilizado e instrumentalizado para sustentar uma produção e um consumo incessantes.

"Apenas recentemente a elaboração e a configuração da identidade pessoal e social foram reorganizadas a fim de se adaptarem à operação ininterrupta de mercados, redes de informação e outros sistemas. Um ambiente 24/7 parece um mundo social, mas é na verdade um modelo não social de desempenho maquínico e uma interrupção da vida que não revela o custo humano exigido para sustentar sua eficácia" (CRARY, 2014, p. 12).

O modelo 24/7 não se restringe à intensificação das atividades laborais, mas se estende à própria constituição dos sujeitos. O controle do sono é apresentado como um mecanismo pelo qual o capitalismo não apenas maximiza a produção, ao transformar os períodos tradicionalmente destinados à recuperação física e mental em oportunidades para a extração de valor, mas também cria condições para que os indivíduos se mantenham em um estado de insatisfação permanente. Essa privação do descanso adequado conduz à exaustão e à fragilidade do senso crítico, configurando, assim, uma predisposição à busca incessante por compensações por meio do consumo – seja de bens materiais ou de produtos e experiências digitais. Assim nesse cenário, o sono deixa de ser um espaço de renovação e se torna um recurso estratégico a ser explorado pelo sistema capitalista. Ao subtrair aos indivíduos a possibilidade de uma pausa reparadora, o capitalismo tardio obriga-os a permanecer em um estado contínuo de alerta e desgaste, o que, por sua vez, os torna mais suscetíveis a estratégias de marketing e à lógica consumista. Dessa forma, a intensificação do consumo não é apenas uma consequência secundária da produção contínua, mas uma finalidade deliberada: a criação de sujeitos permanentemente insatisfeitos, sempre em busca de alívio e satisfação que o consumo promete oferecer.

Desta forma, o controle do sono se revela como um dos instrumentos mais insidiosos de dominação. Crary demonstra que, ao manipular os ritmos biológicos dos indivíduos, o

capitalismo contemporâneo consegue não apenas manter um fluxo ininterrupto de produção, mas também instaurar uma cultura de consumo que perpassa todos os aspectos da vida cotidiana. Essa abordagem analítica evidencia que o capitalismo tardio se utiliza do controle do tempo para redefinir a subjetividade, orientando os indivíduos para um ciclo vicioso de privação, cansaço e consumo incessante, que perpetua a lógica de dominação e impede a emergência de alternativas emancipadoras. Logo, a análise de Jonathan Crary sobre o capitalismo tardio revela que o controle do sono e a organização temporal em regime 24/7 são estratégias centrais que não visam somente maximizar a produção, mas sobretudo criar e manter sujeitos insatisfeitos, cuja busca incessante por compensação os direciona ao consumo contínuo – tanto de bens materiais quanto de bens e serviços digitais (CRARY, 2014). Essa abordagem contribui para a compreensão de como as dinâmicas de controle temporal são fundamentais para a consolidação de um modelo de dominação que, ao mesmo tempo que extrai valor, desmantela as condições de resistência e renovação dos sujeitos.

1.2 Alienação, trabalho morto e o papel do consumidor

Em *O Capital* (1867), Karl Marx dedica-se à análise crítica das relações de produção no capitalismo, evidenciando a dinâmica de alienação que emerge quando o trabalho se transforma em mercadoria. Segundo Marx, o trabalhador, ao vender sua força de trabalho, se vê compelido a operar em um sistema no qual o produto final de sua atividade – o valor agregado – é apropriado pelo capitalista, que detém o controle dos meios de produção. Essa apropriação implica uma ruptura profunda entre o trabalhador e o produto do seu labor, configurando o fenômeno da alienação.

Marx sustenta que, na lógica do capitalismo, o trabalho se torna “morto” no sentido de que a energia vital e criativa do trabalhador é transmutada em um produto que assume uma existência autônoma, desvinculada de sua origem humana. Esse “trabalho morto” caracteriza-se pela perda da subjetividade e da identidade do trabalhador, que, em troca de sua capacidade de produzir, torna-se um mero operário subordinado à máquina produtiva. Na indústria tradicional, essa dinâmica é observada na medida em que o operário se integra a um processo mecanicista, no qual sua atividade é fragmentada e repetitiva, resultando no estranhamento tanto do ato produtivo quanto do resultado final de sua labor (MARX, 1867).

“Transformado num autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto a dominar e sugar a força de trabalho viva. A cisão entre as potências intelectuais do processo de produção e o trabalho manual, assim como a transformação daquelas em potências do capital sobre o trabalho, consoma-se, como já indicado anteriormente, na grande indústria, erguida sobre a base da maquinaria.” (MARX, 2013, p. 607)

A partir dessa análise, pode-se estabelecer uma analogia com o cenário contemporâneo

do capitalismo digital. No novo contexto, o produtor digital – aquele que gera conteúdo, dados ou serviços por meio de plataformas tecnológicas – encontra-se em uma posição análoga à do trabalhador industrial alienado. As plataformas digitais, que detêm os algoritmos e os canais de distribuição, constituem os modernos meios de produção, enquanto o produtor digital permanece desprovido do controle efetivo sobre o valor gerado por sua produção. Assim, o conteúdo produzido assume a natureza de “trabalho morto”, ou seja, uma produção que, apesar de ser geradora de valor, é apropriada pelas estruturas digitais que operam a partir de uma lógica capitalista de extração de valor.

Essa configuração intensifica a alienação, uma vez que o produtor digital não apenas perde o controle sobre o fruto de seu trabalho, como também se vê inserido em um ciclo de consumo e produção que o posiciona como um simples componente subordinado. O produto do trabalho, agora mediado e distribuído pelas plataformas, passa a ter uma existência autônoma e desvinculada do criador, reforçando a lógica de que o valor produzido não retorna a quem o originou. Esse processo de apropriação do “trabalho morto” pelas plataformas digitais evidencia uma continuidade do modelo capitalista analisado por Marx, onde a alienação não se restringe mais ao ambiente industrial, mas se expande para as novas esferas tecnológicas e digitais. Logo, esta análise de Marx em *O Capital* proporciona uma compreensão profunda dos mecanismos pelos quais o capitalismo promove a alienação dos trabalhadores, convertendo sua atividade em um “trabalho morto” que serve aos interesses do capital. No contexto digital, esse fenômeno se reproduz quando os produtores se tornam peças subordinadas das plataformas, perdendo o controle sobre os meios de produção digital e tendo seu trabalho apropriado de forma análoga à lógica tradicional de apropriação do valor. Dessa maneira, a reflexão marxista revela que, independentemente do meio – industrial ou digital – a essência da alienação permanece, constituindo um dos pilares fundamentais da crítica ao sistema capitalista.

Na sequência da análise marxista sobre a alienação e o “trabalho morto”, a perspectiva da Teoria Crítica, especialmente a partir de Adorno e Horkheimer em *Dialética do Esclarecimento* (1944), aprofunda a compreensão de como o capitalismo tardio converte o potencial revolucionário em passividade. Para esses teóricos, a indústria cultural emerge como um mecanismo central de dominação, capaz de transformar a crítica social em mercadoria, neutralizando, assim, a força emancipatória da arte e do pensamento crítico.

Adorno e Horkheimer argumentam que a cultura, quando incorporada às lógicas do mercado, perde sua capacidade de contestação e se submete a um processo de padronização e

fracionamento. Essa transformação ocorre de forma sutil: a diversidade aparente das manifestações culturais esconde a uniformidade dos produtos consumidos, que são elaborados para gerar prazer imediato e, ao mesmo tempo, para desestimular a reflexão crítica. Dessa forma, a revolta que poderia emergir de uma crítica autêntica é redirecionada para um consumo estético despolitizado, tornando a crítica social meramente um item no catálogo do sistema capitalista (ADORNO; HORKHEIMER, 1944).

Essa dinâmica se revela especialmente insidiosa no contexto do capitalismo tardio, onde a cultura – tanto no ambiente industrial quanto no digital – é estruturada para perpetuar o status quo. Ao transformar a crítica e a arte em bens de consumo, o sistema não apenas extingue a possibilidade de um engajamento revolucionário autêntico, como também fomenta a passividade dos indivíduos. O sujeito, imerso em um ciclo contínuo de consumo cultural, encontra pouco espaço para a reflexão autônoma e para a construção de uma consciência crítica que possa desafiar as estruturas de dominação. Logo, a análise complementa a discussão sobre alienação, reforçando a ideia de que o capitalismo tardio opera por meio da mercantilização dos processos culturais e críticos. A indústria cultural, ao transformar a revolta potencial em um produto facilmente digerível, assegura que a energia disruptiva do indivíduo seja direcionada para o consumo e para o entretenimento, ao invés de se converter em ações transformadoras. Assim, a revolta que poderia ser catalisada pela exposição das contradições sociais torna-se superficial, limitada a uma esfera de crítica estética e despolitizada.

"A indústria cultural permanece a indústria da diversão. Seu controle sobre os consumidores é mediado pela diversão [...]. A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação das mercadorias destinadas à diversão, que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho." (ADORNO; HORKHEIMER, 1947 p. 64.)

Resumindo, a Teoria Crítica evidencia que a conversão da crítica social em mercadoria é um dos mecanismos mais eficazes pelo qual o capitalismo tardio subjuga o potencial revolucionário dos indivíduos. Essa estratégia, ao transformar a revolta em passividade, consolida a hegemonia do sistema, impedindo a emergência de práticas políticas que possam romper com o ciclo de alienação e de reprodução da dominação cultural.

1.3 A transição da revolta material para a revolta virtual

A revolta sempre foi um elemento essencial da dinâmica social e política, funcionando como força motriz para mudanças estruturais. Historicamente, a experiência direta da injustiça gerou revoltas que se manifestaram em greves, levantes e revoluções, como as insurreições operárias do século XIX e os movimentos sociais do século XX. No entanto, a era digital reconfigurou radicalmente essa dinâmica, deslocando a revolta do campo material para o ambiente virtual, onde sua potência transformadora é frequentemente dissipada em manifestações efêmeras.

A ascensão das redes sociais e da comunicação digital proporcionou novas possibilidades para a mobilização política, mas também reduziu a participação ativa de forma significativa. O fenômeno do slacktivismo (ou ativismo de sofá) é central para entender essa transição: a indignação que antes impulsionava ações concretas passou a ser canalizada por curtidas, compartilhamentos e assinaturas de petições online, que muitas vezes não resultam em efeitos tangíveis. Essa virtualização da resistência cria a ilusão de engajamento, permitindo que indivíduos expressem sua insatisfação sem compromissos reais, enquanto o sistema capitalista se reconfigura para absorver e até lucrar com essa nova forma de participação.

O fenômeno do slacktivismo revela uma forma de engajamento digital predominantemente performativa, onde a ação simbólica tende a se esgotar na exposição momentânea de uma causa, sem se traduzir em mobilização política sustentável. Em muitos casos, movimentos como o "Kony 2012" demonstraram que a viralização de causas sociais pode gerar uma intensa comoção e ampla disseminação de informações no curto prazo, mas raramente culmina em estratégias organizadas capazes de promover mudanças estruturais significativas.

Essa dinâmica se explica, em parte, pelo baixo custo e pela facilidade com que os usuários podem participar, realizando ações que exigem esforço mínimo – como compartilhar, curtir ou comentar – mas que, ao mesmo tempo, não demandam um compromisso prolongado ou uma reorganização efetiva dos recursos e energias para a transformação do sistema. Segundo Inojosa (2012), esse tipo de engajamento digital atua como um atalho que confere uma sensação ilusória de participação, mascarando a ausência de uma mobilização orgânica e profunda que seria necessária para a ruptura com as estruturas estabelecidas. Além disso, a performatividade do slacktivismo acaba por criar um ambiente onde a exposição da pauta se dá de forma

intensificada, porém efêmera. A rápida substituição de uma causa por outra, alimentada por algoritmos que privilegiam conteúdos capazes de gerar cliques e reações imediatas, resulta em um ciclo de indignação que raramente se consolida em ações coletivas de longo prazo. Essa dinâmica, ao mesmo tempo em que permite uma ampla visibilidade das questões, contribui para a manutenção do status quo, já que a indignação é canalizada para formas de participação que não ameaçam as estruturas de poder vigentes.

Em suma, o slacktivismismo evidencia uma mobilização que, embora amplamente difundida e de grande alcance nas redes sociais, permanece essencialmente superficial e desprovida de um compromisso transformador. Essa característica performativa do engajamento digital revela um paradoxo: enquanto a viralização das causas pode ampliar o debate e sensibilizar a opinião pública, ela também pode contribuir para a dispersão da ação política e para a absorção da indignação pelo próprio sistema, que se beneficia do aparente engajamento sem sofrer alterações significativas em sua estrutura.

O capitalismo, sempre apto a se apropriar de elementos contestatórios para convertê-los em mercadoria, transformou o ativismo em um nicho de mercado. Plataformas digitais incentivam a revolta simbólica, oferecendo um espaço de expressão controlado e algoritmicamente regulado, onde protestos são convertidos em tendências temporárias. Assim, o próprio ambiente digital molda os contornos da revolta e determina seus limites de impacto .

O conceito de "sociedade de controle", desenvolvido por Gilles Deleuze, se aplica bem a esse cenário: ao invés de repressão direta, como na era disciplinar de Foucault, o controle contemporâneo opera pela dispersão e pela captura da ação política dentro das regras do sistema. Redes sociais monitoram, categorizam e direcionam as interações, garantindo que o ativismo permaneça dentro de limites gerenciáveis e monetizáveis .

Gilles Deleuze, em seu ensaio "Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle", propõe uma transição das sociedades disciplinares, descritas por Michel Foucault, para o que ele denomina "sociedades de controle". Nessas novas configurações sociais, o controle não se exerce mais por meio de instituições fechadas, como prisões, escolas ou fábricas, mas através de mecanismos contínuos e sutis que modulam o comportamento dos indivíduos em tempo real. Deleuze afirma que as sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando para trás, o que já não somos. Estamos entrando nas sociedades de controles, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea. (Deleuze, Conversações, 220)

No contexto das redes sociais, essa perspectiva se materializa de maneira evidente. Plataformas digitais utilizam algoritmos avançados para monitorar, categorizar e direcionar as interações dos usuários, moldando suas experiências online de acordo com interesses comerciais e de controle social. Esses algoritmos determinam quais conteúdos são exibidos para cada usuário, baseando-se em suas interações anteriores, preferências e comportamentos observados. Conforme destacado por Rogério da Costa, "a linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação ou a rejeição". Essa modulação contínua garante que o ativismo e a expressão de indignação permaneçam dentro de limites gerenciáveis e monetizáveis. Ao priorizar conteúdos que maximizam o engajamento, os algoritmos podem amplificar manifestações de descontentamento que geram tráfego e, consequentemente, receita publicitária, ao mesmo tempo em que suprimem ou despriorizam conteúdos que não se alinham aos interesses comerciais ou que possam incitar ações concretas fora do ambiente digital. Dessa forma, as redes sociais não apenas refletem, mas também reforçam as dinâmicas da sociedade de controle, onde o poder se exerce de maneira difusa e contínua, capturando a ação política dentro das regras do sistema e neutralizando potenciais movimentos de resistência que poderiam surgir fora das plataformas digitais.

"Nas sociedades de controle, ao contrário, o essencial não é mais uma assinatura e nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha, ao passo que as sociedades disciplinares são reguladas por palavras de ordem (tanto do ponto de vista da integração quanto da resistência). A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se 'dividuais', divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou 'bancos'". (Deleuze, 1992, p. 222)

Dito isto, a análise de Deleuze sobre as sociedades de controle oferece um arcabouço teórico valioso para compreender como as tecnologias digitais contemporâneas, especialmente as redes sociais, operam como instrumentos de modulação e controle social, absorvendo e neutralizando a indignação ao transformá-la em interações gerenciáveis e lucrativas dentro do sistema capitalista.

A digitalização da indignação também impacta a solidariedade e a construção de laços de pertencimento. Enquanto revoltas materiais exigiam cooperação física e organização coletiva, a revolta virtual ocorre em um espaço fragmentado, onde indivíduos participam isoladamente. Como apontado no estudo sobre a revolução digital e os desafios da comunicação, a hiperconectividade não se traduz em maior engajamento político prático, mas sim em uma dispersão da atenção e da capacidade organizativa .

Além disso, o próprio design das plataformas privilegia interações rápidas e polarizações superficiais, dificultando debates aprofundados e estratégias a longo prazo. O consumo incessante de informações fragmentadas impede que a revolta se transforme em um movimento consolidado, mantendo-a em um estado de constante efemeridade.

A migração da revolta material para a revolta virtual reflete uma mudança estrutural no capitalismo tardio, onde a insatisfação social é absorvida e neutralizada dentro do próprio sistema que a gera. Enquanto redes digitais oferecem a ilusão de empoderamento, elas simultaneamente minam a construção de ações concretas e coletivas. O desafio contemporâneo reside, portanto, na superação dessa passividade imposta, na retomada do ativismo material e na reorganização da luta política para além dos limites controlados pelo ciberespaço. A era digital trouxe consigo uma transformação profunda na maneira como a indignação social é expressa e gerida. Plataformas digitais, especialmente as redes sociais, emergiram como espaços primários para a manifestação de descontentamento. No entanto, esses mesmos espaços utilizam mecanismos de controle, como algoritmos sofisticados, que frequentemente absorvem e neutralizam a indignação, convertendo-a em inércia.

Os algoritmos são conjuntos de instruções programadas para processar dados e fornecer resultados específicos. Nas redes sociais, eles determinam quais conteúdos são exibidos para cada usuário, baseando-se em interações anteriores, preferências declaradas e comportamentos observados. Embora projetados para maximizar o engajamento, esses algoritmos podem criar "bolhas de filtro", onde os usuários são expostos predominantemente a informações que reforçam suas crenças existentes, isolando-os de perspectivas divergentes.

Essa personalização pode levar a uma amplificação seletiva de conteúdos que geram reações emocionais intensas, como indignação ou raiva, pois esses sentimentos tendem a aumentar o tempo de permanência na plataforma e a interação com o conteúdo. No entanto, ao priorizar conteúdos que provocam respostas emocionais fortes, os algoritmos podem dessensibilizar os usuários, levando a uma fadiga da indignação, onde a exposição constante a conteúdos indignantes resulta em apatia ou inércia.

As redes sociais incentivam interações rápidas e superficiais, como "curtidas", "compartilhamentos" e comentários breves. Embora essas ações possam sinalizar apoio ou descontentamento, elas frequentemente substituem formas mais profundas de engajamento cívico ou político. O termo "slacktivismo" descreve essa tendência de participar de atividades de ativismo de baixo esforço, que proporcionam uma sensação de realização sem efetuar

mudanças concretas.

Além disso, a natureza efêmera do conteúdo nas redes sociais, onde novas informações substituem rapidamente as anteriores, dificulta a sustentação de movimentos de longo prazo. A indignação que poderia servir como catalisador para a ação coletiva é frequentemente diluída em um fluxo constante de novas distrações, impedindo a organização e mobilização necessárias para mudanças sistêmicas.

As plataformas digitais promovem uma experiência altamente individualizada, onde os usuários recebem conteúdos adaptados às suas preferências pessoais. Isso pode levar à fragmentação da percepção pública, onde diferentes grupos têm entendimentos divergentes dos mesmos eventos ou questões. Essa fragmentação dificulta a formação de uma consciência coletiva e a coordenação de ações conjuntas, essenciais para movimentos sociais eficazes. Além disso, a ênfase na personalização pode reforçar o individualismo, desviando a atenção das causas estruturais da indignação e promovendo soluções personalizadas em vez de coletivas. Isso resulta em uma abordagem atomizada dos problemas sociais, onde a ação coletiva é substituída por expressões individuais de descontentamento que carecem de impacto sistêmico.

Os mecanismos de controle digital, especialmente os algoritmos que regem as redes sociais, desempenham um papel crucial na maneira como a indignação é moldada, direcionada e, muitas vezes, neutralizada. Ao priorizar o engajamento superficial, promover a efemeridade do conteúdo e fragmentar a experiência do usuário, essas plataformas podem transformar a indignação potencialmente mobilizadora em inércia passiva. Reconhecer e compreender esses mecanismos é essencial para desenvolver estratégias que revitalizem a ação coletiva e promovam mudanças sociais significativas na era digital.

1.4 O complexo digital e o controle epistemológico-cultural

A emergência da era digital transformou radicalmente as formas de exercício do poder, gerando novos mecanismos de controle que ultrapassam a repressão física e se estabelecem de maneira difusa por meio da circulação de informações. Neste contexto, o conceito de “sociedade em rede”, formulado por Manuel Castells, e a reflexão sobre as relações entre poder e saber, conforme abordada por Michel Foucault, oferecem bases teóricas fundamentais para compreender como as estruturas digitais moldam e centralizam o conhecimento, configurando um complexo digital capaz de exercer controle epistemológico-cultural.

De acordo com Castells (1999), o conceito de "sociedade em rede" não se resume apenas à interconexão de indivíduos e organizações por meio das tecnologias da informação e comunicação (TICs), mas reflete uma transformação radical na estruturação do poder. Castells argumenta que, embora a internet, à primeira vista, sugira uma descentralização dos fluxos informacionais – ao permitir o acesso e a difusão de conteúdos de forma democrática –, ela, na prática, propicia a formação de núcleos concentradores de dados. Esses núcleos são estruturados por meio de plataformas digitais que empregam algoritmos sofisticados para monitorar, categorizar e filtrar o conteúdo acessado pelos usuários, determinando, assim, quais informações serão privilegiadas e quais serão suprimidas.

Essa dinâmica revela uma contradição central: o que se apresenta como um espaço de liberdade e pluralidade acaba se tornando um ambiente de controle rígido, no qual a circulação de informações é orientada para favorecer interesses específicos. Dessa forma, as plataformas digitais não apenas potencializam o engajamento dos usuários, mas também moldam a formação de opiniões e comportamentos de maneira a sustentar e reproduzir o status quo. A centralização dos fluxos de informação atua, portanto, como um mecanismo de dominação que, mesmo em meio à aparente descentralização, reforça as desigualdades estruturais e limita a capacidade de transformação social.

"Enquanto aparentam proporcionar acesso popular ou democrático à informação, os sistemas de comunicação têm tido como meta mais ampla, ao longo da história, dismantlar comunidades locais e regionais ao atraí-las para esferas maiores em que o monopólio do conhecimento está assegurado, de modo a garantir subsequente dominação cultural e econômica" (INNIS apud CRARY, 2023, p. 17).

Essa perspectiva crítica evidencia que a "sociedade em rede" é, paradoxalmente, um espaço onde a liberdade de expressão e a diversidade de opiniões podem ser comprometidas pela própria estrutura tecnológica que as viabiliza. O poder de controlar quais conteúdos são exibidos e como são apresentados torna-se, assim, uma ferramenta eficaz para a manutenção de uma ordem ideológica favorável aos interesses dominantes (CASTELLS, 1999).

Complementando essa análise, Michel Foucault (1977) aprofunda a compreensão das dinâmicas de poder ao introduzir o conceito de governamentalidade. Para Foucault, o poder transcende a mera repressão, configurando-se também como uma força produtiva que molda a formação das subjetividades e organiza os discursos. Em vez de atuar apenas por meio de sanções diretas, o poder contemporâneo se manifesta de forma difusa, internalizando normas e valores que os indivíduos acabam por reproduzir em suas práticas cotidianas. Essa perspectiva

foucaultiana evidencia que o poder não se restringe a imposições externas, mas opera de maneira a transformar os sujeitos, moldando suas percepções e comportamentos. No contexto digital, essa governamentalidade assume contornos especialmente sofisticados por meio dos mecanismos de vigilância e dos processos de filtragem algorítmica empregados pelas plataformas de redes sociais. Tais algoritmos não apenas monitoram o comportamento dos usuários, mas também selecionam, categorizam e direcionam o fluxo de informações, determinando quais conteúdos serão privilegiados e de que forma serão apresentados. Assim, o que se configura como um ambiente de liberdade e pluralidade acaba, na prática, por se transformar em um espaço onde o acesso ao conhecimento é rigidamente controlado. Essa centralização e curadoria do saber possibilitam a formação de bolhas informacionais, nas quais as perspectivas dominantes são reiteradas e os discursos divergentes ficam à margem.

Dessa forma, os algoritmos funcionam como instrumentos que estruturam o campo de conhecimento disponível aos indivíduos, influenciando a forma como estes percebem a realidade. Ao organizar os fluxos de informação de acordo com parâmetros preestabelecidos – frequentemente alinhados aos interesses dos detentores do poder – as redes sociais exercem um controle epistemológico-cultural que legitima e perpetua as relações de poder existentes. Em outras palavras, a governamentalidade digital opera ao mesmo tempo que potencializa a disseminação de informações e restringe a diversidade de discursos, contribuindo para a construção de uma subjetividade que reproduz, de forma inconsciente, o status quo.

Portanto, a reflexão foucaultiana demonstra que, no ambiente digital, o poder se torna capaz de captar e internalizar os discursos dominantes por meio da governamentalidade, transformando as redes sociais em espaços de produção e controle do saber. Essa dinâmica reforça a importância de se compreender os mecanismos de vigilância e filtragem algorítmica como ferramentas essenciais na manutenção das estruturas de poder contemporâneas, evidenciando a necessidade de uma crítica profunda aos modelos de gestão da informação que regem a sociedade em rede.

A conjugação dessas perspectivas revela que o complexo digital contemporâneo opera em dois níveis interligados: o primeiro diz respeito à centralização e controle da informação, que, apesar da aparente democratização dos fluxos comunicacionais, acarreta a formação de “bolhas” que restringem o acesso a visões divergentes; o segundo envolve a modulação dos saberes e a produção de subjetividades, de modo que os indivíduos são constantemente moldados por discursos e algoritmos que direcionam suas ações e crenças. Essa dupla função – de centralizar

e, ao mesmo tempo, filtrar e organizar o conhecimento – evidencia a natureza insidiosa do controle epistemológico-cultural na era digital, na qual a autonomia do indivíduo é erodida por mecanismos que promovem tanto a visibilidade quanto a neutralização do ativismo e da crítica.

Dessa forma, o complexo digital se revela como uma ferramenta de poder que não apenas facilita a comunicação, mas que, por meio da curadoria algorítmica e da governamentalidade digital, impõe limites à ação transformadora e à mobilização política. Assim, ao centralizar a informação e moldar as percepções dos usuários, as plataformas digitais contribuem para a manutenção de um sistema de dominação que absorve e neutraliza a indignação, transformando-a em inércia e, conseqüentemente, dificultando a emergência de alternativas que possam romper com as estruturas hegemônicas do capitalismo.

2. PRÁXIS, PROBLEMATIZAÇÃO E PROPOSTA

2.1 A estagnação

A trajetória histórica da indignação social evidencia uma transformação profunda na forma como o descontentamento se manifesta e se articula na sociedade. Durante séculos, as revoltas e mobilizações emergiram como respostas diretas à opressão material e às condições de vida degradantes, como evidenciado pelas insurreições operárias durante a Revolução Industrial, que se fundamentaram na experiência concreta da exploração e da miséria (MARX, 1867). Nessa perspectiva, o descontentamento não apenas gerava um senso de urgência e solidariedade entre os trabalhadores, mas também culminava em ações coletivas que visavam a ruptura com o sistema explorador, impulsionando transformações profundas e estruturais.

Contudo, com a chegada da era digital, assiste-se a uma mutação do potencial revolucionário. O que outrora se expressava por meio de manifestações físicas – greves, ocupações e protestos de rua – passou a se materializar em discursos virtualmente articulados, caracterizados pela crítica e pelo debate online. Essa transição marca a substituição de uma prática revolucionária enraizada na materialidade da opressão por uma forma de indignação desincorporada, em que as queixas e os protestos são frequentemente reduzidos a comentários, compartilhamentos e hashtags em redes sociais. Esse fenômeno, popularmente designado como slacktivismo, resulta em um engajamento que, embora de amplo alcance e visibilidade imediata, raramente se converte em ações concretas que desafiem as estruturas de poder existentes (INOJOSA, 2012).

A virtualização da indignação pode ser atribuída a diversos fatores inerentes à lógica do capitalismo tardio. Primeiramente, as tecnologias digitais democratizaram o acesso à informação e facilitaram a comunicação instantânea; entretanto, esse mesmo ambiente digital favorece uma participação fragmentada e efêmera, onde a superficialidade do engajamento – manifestada por meio de curtidas e compartilhamentos – substitui o comprometimento necessário para a construção de uma mobilização sólida e duradoura (CASTELLS, 1999). Ademais, a configuração algorítmica das plataformas digitais desempenha um papel crucial nesse processo: ao filtrar e direcionar os conteúdos com base em perfis e preferências individuais, os algoritmos criam "bolhas de filtro" que restringem a diversidade de informações e, conseqüentemente, limitam a formação de uma consciência crítica coletiva.

Essa dissociação entre o discurso e a prática impede que a indignação se converta em

uma força transformadora. O deslocamento da ação prática para o discurso virtual não só fragiliza a capacidade de organização e mobilização dos indivíduos, mas também contribui para a manutenção do status quo, ao absorver e neutralizar o potencial revolucionário da insatisfação. Em vez de provocar a ruptura com as estruturas estabelecidas, o engajamento digital se configura como uma manifestação performativa, onde a sensação de participação é substituída pela ilusão de engajamento, sem que haja um comprometimento real com a transformação social (INOJOSA, 2012).

Outro aspecto relevante reside na efemeridade das interações online. A constante substituição de uma pauta por outra e a rapidez com que os conteúdos são descartados impedem a consolidação de movimentos de longo prazo. Essa volatilidade contribui para a dissipação do potencial revolucionário, uma vez que a energia mobilizadora é fragmentada e diluída em meio a uma avalanche de informações, sem que se estabeleça uma narrativa unificada que possa desafiar efetivamente as relações de poder vigentes.

Por fim, a própria lógica do capitalismo digital, que privilegia o consumo e a monetização do engajamento, favorece a manutenção de uma ordem que não demanda a transformação radical da sociedade. Ao converter a indignação em um produto cultural de fácil digestão – um clamor momentâneo que se traduz em métricas de engajamento – o sistema capitalista se fortalece, pois obtém lucros com a superficialidade das interações sem, contudo, ser desafiado por mobilizações que possam ameaçar seus interesses. Dessa forma, a mutação do potencial revolucionário, da revolta material à revolta virtual, configura-se como um mecanismo que não apenas desarma o potencial de transformação, mas também perpetua o ciclo de dominação ao transformar o descontentamento em inércia. Em suma, a evolução histórica da indignação social revela que, embora a experiência concreta de opressão tenha sido um catalisador poderoso para mobilizações revolucionárias, a virtualização do descontentamento – mediada pelas tecnologias digitais e pelo slacktivismo – tende a reduzir o engajamento a manifestações performativas e efêmeras. Essa transição não só limita a possibilidade de ação coletiva efetiva, mas também contribui para a manutenção do status quo, ao absorver a energia potencialmente disruptiva dos movimentos sociais dentro de um ambiente controlado e monetizável.

Os instrumentos tecnológicos – redes sociais, algoritmos e sistemas de big data – têm se mostrado centrais na configuração e manutenção do controle no contexto do capitalismo digital. Tais mecanismos não apenas organizam e direcionam os fluxos de informação, mas

também atuam de maneira a restringir a emergência de ações coletivas eficazes, perpetuando, assim, o status quo e intensificando processos de alienação.

Segundo Zuboff (2019), as plataformas digitais são equipadas com algoritmos sofisticados que monitoram e analisam continuamente os dados dos usuários, com o objetivo de maximizar o engajamento e, por conseguinte, os lucros advindos da publicidade. Esses algoritmos determinam quais conteúdos serão exibidos a cada usuário com base em seu histórico de interações, criando “bolhas de filtro” que limitam a diversidade de informações disponíveis. Essa curadoria seletiva resulta na exposição reiterada a conteúdos que reforçam as crenças já existentes, o que, por sua vez, dificulta a formação de uma consciência crítica coletiva e a mobilização para ações transformadoras (ZUBOFF, 2019).

O uso intensivo de big data potencializa essa dinâmica ao possibilitar a coleta e análise de grandes volumes de informações comportamentais. Conforme Reis, Zanetti e Frizzera (2020), essa análise detalhada dos padrões de consumo e das preferências individuais permite que as plataformas refinem seus algoritmos, tornando-os ainda mais eficientes em manter os usuários engajados. Contudo, essa personalização extrema restringe a emergência de discursos críticos e de mobilizações organizadas, uma vez que a experiência digital se transforma em um ambiente que privilegia a superficialidade e o consumo contínuo de conteúdos, em detrimento de ações coletivas de caráter transformador.

Dentro desse contexto, o conceito de “consumidor-engrenagem” emerge como uma metáfora poderosa para descrever o papel dos usuários nas redes sociais. Esses indivíduos, ao interagirem com as plataformas, são transformados em peças de uma máquina que visa a extração incessante de valor, sem que tenham a oportunidade de exercer um papel ativo na transformação das estruturas de poder. A cultura digital, ao fomentar interações rápidas e fragmentadas – expressas por meio de curtidas, compartilhamentos e comentários – promove um engajamento performativo, onde a indignação se esvazia de conteúdo e se converte em um mero ato simbólico (Siqueira; Vieira, 2022).

Dessa forma, os mecanismos de controle digital, por meio da combinação de redes sociais, algoritmos e big data, estruturam um cenário em que a informação é rigidamente gerenciada, limitando a capacidade dos indivíduos de se organizarem em movimentos coletivos que possam desafiar efetivamente o sistema. Essa centralização do conhecimento e a transformação dos usuários em “consumidores-engrenagem” reforçam um estado de alienação que, ao absorver e neutralizar o potencial revolucionário da indignação, contribui para a

perpetuação do capitalismo de vigilância.

A transformação do processo produtivo que ocorreu com a Revolução Industrial, descrita por Marx (1867) em *O Capital*, estabeleceu o paradigma do trabalhador incorporado à máquina, onde a força vital e criativa do operário era absorvida e transformada em “trabalho morto”. Nesse modelo, o trabalhador se via reduzido a um componente meramente funcional, cuja produção, uma vez apropriada pelo capital, perdia sua dimensão emancipatória, tornando-se uma mercadoria desprovida de potencial crítico. Na era digital, surge o chamado “produtor digital”, que, a princípio, parece gozar de uma liberdade sem precedentes por operar em ambientes virtuais que promovem a suposta democratização da comunicação. Contudo, essa autonomia é ilusória, pois o produtor digital acaba por se submeter à lógica das plataformas. Tais plataformas utilizam algoritmos sofisticados para monitorar, filtrar e direcionar o fluxo de informações, determinando quais conteúdos serão privilegiados e quais serão marginalizados. Assim, o produtor digital, embora livre para criar, é simultaneamente compelido a adequar sua produção às regras impostas por esses sistemas, de modo que sua expressão criativa seja medida e validada por métricas de engajamento – como cliques, curtidas e compartilhamentos – que, em última instância, direcionam o consumo e reforçam o modelo capitalista (CRARY, 2014).

Essa dinâmica revela um paradoxo central: enquanto o trabalhador industrial era fisicamente incorporado à máquina que extraía seu valor, o produtor digital vê sua autonomia restringida pela lógica da plataforma, que transforma seu potencial crítico em um recurso a ser explorado para a maximização de lucros. Em vez de se engajar de forma transformadora, o indivíduo torna-se um “consumidor-engrenagem”, cuja produção simbólica e intelectual é capturada e convertida em dados, os quais são reutilizados para alimentar o ciclo de monetização das redes sociais. Tal processo pode ser interpretado como uma nova manifestação do “trabalho morto” – não apenas no sentido de apropriação do trabalho material, mas também como a captação do potencial de contestação e transformação dos indivíduos, que se vêem convertidos em produtos do próprio sistema (ZUBOFF, 2019).

Portanto, o paradoxo do consumo e a ilusão da autonomia evidenciam que a digitalização, embora aparentemente amplie as possibilidades de expressão, acaba por instituir mecanismos de controle que neutralizam o potencial revolucionário. A lógica das plataformas, ao impor condições que restringem a diversidade dos discursos e direcionam a produção para atender a interesses comerciais, mantém os indivíduos presos a um ciclo de consumo e produção que reafirma o status quo. Dessa forma, a emancipação prometida pela era digital é, em grande

medida, comprometida pela exploração capitalista que, migrando dos espaços industriais para os digitais, continua a subjugar a crítica e a ação transformadora dos sujeitos.

2.2 Possibilidades de superação: A tomada do meios digitais de produção

A superação do cenário de dominação do capitalismo digital passa pela reapropriação coletiva dos meios de produção digitais, transformando as plataformas – tradicionalmente concebidas como instrumentos de controle e lucratividade – em espaços de emancipação e ação política. Essa transformação é inspirada por movimentos de resistência e pela crítica pós-digital, que propõem alternativas à lógica de mercado que, ao capturar e explorar o potencial crítico dos indivíduos, converte a revolta em uma manifestação performativa e inerte.

Historicamente, a lógica do capitalismo extrai valor do trabalho ao transformar o processo produtivo em um mecanismo de dominação, como bem evidenciado nas análises de Marx (2014) e ampliada na era digital por autores como Crary (2014). Hoje, entretanto, a digitalização oferece uma nova dimensão para essa exploração: os meios digitais de produção são apropriados e geridos por grandes corporações, que utilizam algoritmos e big data para direcionar o comportamento dos usuários, transformando-os em “consumidores-engrenagem”. Este fenômeno reduz a autonomia do produtor digital, pois, apesar de uma aparente liberdade de criação, ele se vê submetido a condições impostas pela plataforma, que determina a dinâmica do consumo e restringe a emergência de uma crítica eficaz.

Em contrapartida, a alternativa proposta é a apropriação coletiva desses meios. Inspirando-se em movimentos de resistência e na crítica pós-digital, a construção de plataformas de código aberto e cooperativas digitais emerge como estratégia para democratizar o acesso e o controle da informação. Nesse modelo, os próprios usuários passam a ser os gestores dos recursos digitais, rompendo com a lógica de intermediação comercial e possibilitando a criação de um espaço digital que funcione como um verdadeiro bem comum – os chamados “digital commons”. Essa perspectiva está em consonância com o conceito de produção colaborativa descrito por Benkler (2006), que defende uma organização descentralizada e participativa da produção de conhecimento, contrária à concentração de poder e à mercantilização dos dados.

A transformação da revolta virtual em ação concreta requer, além da reapropriação tecnológica, a integração de estratégias que conectem o engajamento online à mobilização offline. Programas de alfabetização digital, iniciativas de ciberativismo que promovam debates

críticos e a articulação de redes de solidariedade entre os usuários são fundamentais para transcender a mera performatividade do slacktivismo. A ideia é que a indignação, quando canalizada de maneira organizada e coletiva, possa romper com o ciclo de consumo e inércia imposto pelas plataformas digitais e se traduzir em ações políticas estruturadas, capazes de desafiar as relações de poder existentes.

Outro aspecto relevante é a necessidade de políticas públicas que promovam a transparência algorítmica e garantam a neutralidade da rede. Tais políticas podem criar um ambiente regulatório que limite o poder das grandes corporações sobre os fluxos de informação e possibilite a emergência de práticas alternativas de governança digital. Essa intervenção estatal, aliada ao engajamento coletivo, pode pavimentar o caminho para uma transformação sistêmica, na qual o ambiente digital se torne um espaço de livre expressão, criatividade e, sobretudo, de ação política transformadora.

Em síntese, a tomada dos meios digitais de produção como ferramenta de superação do capitalismo de vigilância envolve uma estratégia multidimensional: a reapropriação coletiva dos recursos tecnológicos, a articulação de mobilizações que conectem o digital ao material e o fortalecimento de políticas públicas que assegurem a democratização dos fluxos informacionais. Só assim será possível transformar a revolta virtual – muitas vezes confinada a manifestações efêmeras e performativas – em uma força mobilizadora capaz de promover mudanças estruturais profundas na sociedade.

3. CONCLUSÃO

A presente investigação revelou que, na transição do século XX para o século XXI, a indignação social, tradicionalmente enraizada na experiência concreta da opressão material, tem sido convertida em uma forma virtual de descontentamento, caracterizada por uma inércia performativa. Ou seja, embora a revolta e o descontentamento sejam evidentes nas plataformas digitais, essa manifestação se restringe muitas vezes a reações simbólicas – como curtidas, compartilhamentos e comentários –, que não se traduzem em mobilizações organizadas capazes de promover mudanças estruturais (INOJOSA, 2012).

Paralelamente, foram identificados mecanismos sofisticados de controle operados pelo capitalismo digital, os quais atuam na organização e na filtragem dos fluxos de informação. Redes sociais, algoritmos e sistemas de big data não apenas monitoram e direcionam o consumo de conteúdo, mas também criam "bolhas de filtro" que isolam os usuários de perspectivas divergentes. Essa centralização informacional, ao restringir a diversidade de discursos, contribui para a neutralização do potencial revolucionário e para a manutenção do status quo. Ademais, o estudo demonstrou que essa dinâmica de controle digital resulta na fragilização da ação coletiva. A transformação do trabalhador industrial – historicamente incorporado à máquina e cuja revolta material tinha o potencial de transformar estruturas de poder – para o "produtor digital", que se vê submetido às regras das plataformas, evidencia uma ilusão de autonomia. Esse novo paradigma, marcado pela lógica do "trabalho morto" e pela conversão dos indivíduos em "consumidores-engrenagem", reforça a alienação e dificulta a emergência de uma mobilização política eficaz (MARX, 2014; CRARY, 2014).

Em suma, os principais achados desta pesquisa evidenciam que a revolta social, ao migrar do campo material para o digital, perde parte de seu potencial transformador devido aos mecanismos de controle e à centralização dos fluxos informacionais. Essa transformação, que converte a indignação em inércia virtual, representa um desafio significativo para a construção de movimentos coletivos que possam efetivamente contestar e modificar as estruturas de poder vigentes. A partir dos estudos apresentados, torna-se imprescindível repensar os espaços de resistência no contexto digital, de modo a superar a passividade imposta pelas novas dinâmicas do capitalismo. A transformação dos ambientes de mobilização, mediada por plataformas digitais, impõe a necessidade de alternativas que reconfigurem a relação entre o indivíduo e os meios de produção de informação, permitindo uma ação política mais efetiva e coletivizada.

Do ponto de vista teórico, os trabalhos de Manuel Castells e Michel Foucault oferecem fundamentos sólidos para compreender como as tecnologias digitais reestruturam as relações de poder e conhecimento. Castells (1999) descreve a “sociedade em rede” como um novo paradigma no qual, apesar da aparente democratização dos fluxos informacionais, ocorre uma centralização dos dados por meio de algoritmos que filtram e orientam as interações. Essa centralização não só favorece interesses específicos, mas também limita a emergência de narrativas dissidentes, contribuindo para a manutenção do status quo. Por sua vez, Foucault (1977) amplia essa análise ao introduzir o conceito de governamentalidade, destacando como o poder contemporâneo opera de forma produtiva e internaliza normas e valores nos indivíduos. No ambiente digital, essa dinâmica se manifesta por meio de processos de vigilância e curadoria algorítmica, que direcionam o conhecimento e moldam as subjetividades de maneira a neutralizar a capacidade crítica e mobilizadora dos cidadãos.

Do campo prático, essas reflexões teóricas apontam para a necessidade de construir alternativas que rompam com o ciclo de inércia imposto pelo capitalismo digital. Uma das estratégias sugeridas é a criação de plataformas de produção coletiva baseadas em modelos de código aberto e governança democrática, os chamados “digital commons”. Essa abordagem propõe que os próprios usuários se apropriem dos meios de produção digital, estabelecendo mecanismos de controle horizontal e transparência que contrariem o monopólio das grandes corporações. Como destacado por Benkler (2006), a produção colaborativa e descentralizada pode favorecer a emergência de práticas que promovam uma verdadeira democratização do acesso à informação, possibilitando uma mobilização mais autêntica e transformadora.

Ademais, a superação da passividade digital requer uma articulação entre o engajamento online e a ação política offline. Programas de alfabetização digital, iniciativas de ciberativismo que promovam debates críticos e a construção de redes de solidariedade entre os usuários são fundamentais para que a indignação virtual se converta em mobilização coletiva e em ações concretas que desafiem as estruturas de poder vigentes. Essa integração é essencial para transformar o potencial revolucionário, que hoje se esvai em interações superficiais e efêmeras, em uma força que possa promover mudanças estruturais significativas.

Por fim, a formulação de políticas públicas que incentivem a transparência algorítmica e a neutralidade das redes é uma demanda urgente para a construção de um ambiente digital que favoreça o pluralismo e a participação democrática. Tais políticas poderiam regular o uso de algoritmos, exigindo que as plataformas divulguem os critérios utilizados na filtragem de

conteúdos e permitam uma maior diversidade de perspectivas, contribuindo para a formação de um espaço de debate público verdadeiramente democrático. Logo, as contribuições teóricas de Castells e Foucault, aliadas às propostas práticas de reapropriação dos meios digitais e à integração entre o engajamento online e a ação coletiva, revelam a importância de repensar os espaços de resistência na era digital. Superar a passividade imposta pelas dinâmicas do capitalismo digital é, portanto, um desafio que requer não apenas a transformação das tecnologias de informação, mas também uma renovação dos modos de participação e mobilização dos sujeitos em sua totalidade.

A presente pesquisa, ao analisar a transição da indignação material para a inércia virtual e os mecanismos de controle inerentes ao capitalismo digital, enfrenta algumas limitações metodológicas e teóricas que merecem consideração. Reconhecer essas restrições é fundamental para aprimorar futuras investigações e aprofundar a compreensão da relação entre revolta material e virtual.

Uma das principais limitações deste estudo reside na dependência de fontes secundárias e na análise teórica, sem a incorporação de dados empíricos primários. A ausência de entrevistas, questionários ou observações diretas pode restringir a compreensão das nuances e motivações individuais por trás do ativismo digital e da participação em movimentos sociais. Além disso, a análise focada predominantemente em contextos específicos pode limitar a generalização dos achados para outras realidades socioculturais.

Teoricamente, a pesquisa baseia-se em conceitos estabelecidos por autores como Castells e Foucault, aplicando-os ao contexto digital contemporâneo. No entanto, a rápida evolução das tecnologias e das dinâmicas sociais online pode exigir a atualização constante dos referenciais teóricos. A aplicação de teorias desenvolvidas em contextos pré-digitais pode não capturar plenamente as especificidades e complexidades das interações e mobilizações no ambiente virtual atual.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1944.

_____. **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos**. 1947. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/fil_dialetica_esclarec.pdf. Acesso em: 21 dez. 2024.

BENKLER, Yochai. **The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom**. New Haven: Yale University Press, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CRARY, Jonathan. **24/7 capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

_____. **Terra Arrasada: Além da Era Digital Rumo a um Mundo Pós-Capitalista**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

DELEUZE, Gilles. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle**. In: Conversações. São Paulo: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. Petrópolis: Vozes, 1977.

INOJOSA, Beatriz Garcia. **Ciberativismo: o slacktivismo como fenômeno de promoção do acesso à informação e da transparência**. 2012. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/3598>. Acesso em: 04 jan. 2025.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I – O Processo de Produção do Capital**. [S.l.]: [s.n.], 1867.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de Produção do Capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 607. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2024.

REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela; FRIZZERA, Luciano. **A conveniência dos algoritmos: o papel do YouTube nas eleições brasileiras de 2018**. Revista Compolítica, Rio de Janeiro, v.

10, n. 1, p. 35-58, 2020. DOI: 10.21878/compolitica.2020.10.1.333.

SIQUEIRA, D. P.; VIEIRA, A. E. S. F. **Algoritmos preditivos, bolhas sociais e câmaras de eco virtuais na cultura do cancelamento e os riscos aos direitos de personalidade e à liberdade humana.** Revista Opinião Jurídica, Fortaleza, v. 20, n. 35, p. 162-188, 15 set. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/4146>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power.** Nova York: Public Affairs, 2019.